CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO (CPCD)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Tel (55 31) 3262 4044
Fax (55 31) 3261 7273
www.bdo.com.br

Rua Paraíba, 1000 - 6º andar
- Savassi - Belo Horizonte - MG
30130-145

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Quotistas do
Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD)
Curvelo – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) ("Entidade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento – CPCD** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 R1 - Entidades sem finalidade de lucros).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Renovação da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS)

Conforme Nota Explicativa nº 10 às demonstrações contábeis, a Entidade protocolou o requerimento de renovação do CEBAS - Certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87). Em 2021, o processo de renovação foi indeferido e devido a pandemia mundial do Coronavírus (COVID-19), enfrentada em todo o mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas do Ministério da Cidadania, a Entidade foi orientada pelos seus assessores jurídicos a entrar com um novo recurso, reunir e revisar a documentação requerida para realizar novo pedido de renovação do CEBAS e, consequentemente, obter a manutenção da isenção de contribuições para a seguridade social. A Administração da Entidade, com base em medidas administrativas vem recorrendo desta decisão de indeferimento da renovação do CEBAS, cujo sucesso depende do desfecho destas ações. As presentes demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relacionada ao indeferimento da renovação do Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

BDO RCS Auditores Independentes, uma empresa brasileira da sociedade simples, é membro da BDO Internacional Limited, uma companhia limitada por garantia do Reino Unido, e faz parte da rede internacional BDO de firmas-membro independentes. BDO é nome comercial para a rede BDO e cada uma das firmas da BDO.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 – (R1) - Entidades sem finalidade de Lucro) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023.

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0

Bruno Luiz Barbosa Gomes
Contador CRC 1 MG 091268/O-6

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

Ativo

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	125.010	214.559
Recursos vinculados a projetos e convênios	4	55.312	1.062.680
Créditos a receber	5	369.368	3.314
		549.690	**1.280.553**
Não circulante			
Imobilizado	6	741.599	806.626
		741.599	**806.626**
Total do ativo		**1.291.289**	**2.087.179**

Passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	2022	2021
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	70.000	28.432
Fornecedores	8	87.716	57.795
Obrigações sociais e trabalhistas	9	357.089	416.992
Obrigações com projetos e convênios		55.313	1.062.680
		570.118	**1.565.899**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	166.333	46.135
		166.333	**46.135**
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	13	475.145	1.393.556
Superavit/Déficit do exercício	-	79.693	(918.411)
		554.838	**475.145**
Total do passivo e patrimônio social		**1.291.289**	**2.087.179**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2022	2021
Receitas operacionais			
Doações	-	446.688	1.214.743
Repasses financeiros	14	3.313.705	2.215.075
Prestação de serviços	-	1.897.453	2.042.565
Resultado financeiro	-	73.504	(29.405)
		5.731.350	**5.442.978**
Despesas operacionais			
Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais	15	(4.121.692)	(5.353.333)
Despesas gerais/apoio administrativo	-	(1.529.965)	(1.008.056)
		(5.651.657)	**(6.361.389)**
Superavit líquido/(déficit) do exercício		**79.693**	**(918.411)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Superavit líquido/(déficit) do exercício	79.693	(918.411)
Resultado abrangente total do exercício	**79.693**	**(918.411)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações das mutações do patrimônio social
(Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Superávit líquido/ (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**1.525.489**	**(131.933)**	**1.393.556**
Incorporação do déficit de 2021	(131.933)	131.933	-
Déficit do exercício	-	(918.411)	**(918.411)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.393.556**	**(918.411)**	**475.145**
Incorporação do déficit de 2022	(918.411)	918.411	-
Superavit líquido do exercício	-	79.693	**79.693**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**475.145**	**79.693**	**554.838**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CENTRO POPULAR DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO - CPCD

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em Reais)

	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superavit líquido/(déficit) do exercício	**79.693**	**(918.411)**
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais		
Depreciação do exercício	168.504	197.603
Resultado na Alienção de ativos	(17.169)	73.000
	231.028	**(647.808)**
Aumento líquido nos ativos		
Recursos vinculados a projetos e convênios	1.007.368	228.411
Créditos a receber	(366.051)	(50)
	641.317	**228.361**
Redução nos passivos		
Fornecedores	29.921	35.248
Obrigações sociais e trabalhistas	(59.904)	43.512
Obrigações com projetos e convênios	(1.007.366)	(229.218)
	(1.037.349)	**(150.458)**
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**(165.004)**	**(569.905)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(86.311)	(21.674)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(86.311)**	**(21.674)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução/(captação) de empréstimos, líquidos	161.766	(2.324)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**161.766**	**(2.324)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(89.549)**	**(593.903)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	214.559	808.462
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	125.010	214.559
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(89.549)**	**(593.903)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

O Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1984, em Belo Horizonte/MG, com a seguinte missão: promover educação popular e o desenvolvimento comunitário a partir da cultura, tomada como matéria-prima de ação institucional e pedagógica.

A Entidade é reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal. Possui o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, do CNAS e registro de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social.

A Entidade, em conformidade com o seu Estatuto Social, não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de seu superávit a título de lucro ou participação em resultados, aplicando integralmente os seus recursos no País, na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos, refletidos, devidamente, em seus demonstrativos contábeis.

O CPCD se dedica à implementação e realização de projetos inovadores, programas integrados e plataformas de transformação social e desenvolvimento sustentável, destinados, preferencialmente, às comunidades e cidades brasileiras com menos de 50 mil habitantes onde vivem mais de 95% da população brasileira.

Dentre seus projetos sociais podemos destacar: Projeto Ser Criança, Projeto Fabriquetas, Projeto Parelheiros Saudável, Projeto Barra Longa: Presente do Futuro Saudável, Projeto Júpiter, Projeto Quintais Saudáveis, Projeto de Apoio Pedagógico, Projeto De Desenvolvimento Socioeconômico de Igarapé, São Joaquim De Bicas E Brumadinho, dentre outros.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

A Administração do Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento (CPCD) aprovou a emissão das demonstrações contábeis e as respectivas notas explicativas em 26 de abril de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (CPC PME) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1. Sumário e descrição das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

(a) vida útil estimada do imobilizado;
(b) provisão para riscos e processos judiciais.

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

2.3. Créditos a receber

Os créditos a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação menos a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD). Uma Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Entidade não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

2.4. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômico. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

2.5. Redução ao valor recuperável (impairment)

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os itens de ativo imobilizado que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação e são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável.

2.6. Doações e subvenções

As doações locais e as subvenções são apropriadas no momento da disponibilização do recurso em conta corrente bancária ou do recebimento do bem.

2.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo.

2.8. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. Quando aplicável, o aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.9. Patrimônio social

Representa o acréscimo dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

2.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

2.11. Isenção tributária

A Entidade possui isenção das contribuições sociais por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

2.12. Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado (superávit e déficit). Os ativos financeiros, mensurados ao valor justo por meio do resultado, são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do superávit (déficit) na rubrica "Receitas financeiras" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetado pela referida operação.

iii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Obrigações com projetos e convênios.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iv) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2022.

2.13. Trabalho voluntário

As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas também no resultado do exercício.

3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades constantes dos saldos bancários referem-se a recursos que serão aplicados nos projetos sociais no próximo exercício:

	2022	2021
Caixas e Equivalentes de Caixa	125.010	214.559
	125.010	**214.559**

4. Recursos vinculados a projetos e convênios

Compreende os valores recebidos de terceiros por meio de convênios e que serão utilizados no exercício seguinte, assim dispostos:

	2022	2021
Repasse - Arari	-	578.220
Repasse - CS Anajatuba	-	79.778
Repasse - Natura 2019	-	391.860
Repasse - Projeto Fanal Sempre	-	85
Repasse - Projeto Casa Saudável Boca do Mel	256	257
Repasse - Projeto Barra Longa Presente do Futuro	-	136
Repasse - Projeto Jupiter	-	12.344
Repasse - Codema	22.969	-
Repasse-Casa Saudável Anajatuba	1.830	-
Repasse - CMD Araçuai	20.000	-
Repasse - Prefeitura Curvelo	10.257	-
	55.312	**1.062.680**

5. Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se à prestação de serviços realizados pela entidade, conforme os contratos pactuados:

	2022	2021
Instituto Viva a vida	69.273	-
Adiantamento de Salário	-	23
INSS a Recuperar	3.292	3.291
Fundação Renova	283.550	-
Adiantamento de Férias	13.253	-
	369.368	**3.314**

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro, a posição do imobilizado era a seguinte, conforme levantamento físico dos bens patrimoniais:

Custo ou avaliação	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Telefones	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**203.715**	**226.950**	**130.141**	**462.722**	**28.133**	**3.894**	**1.055.555**
Aquisição	-	13.172	-	-	8.502	-	**21.674**
Baixa	-	-	-	(159.500)	-	-	**(159.500)**
Depreciação	-	(36.093)	(23.986)	(39.918)	(10.925)	(181)	**(111.103)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**203.715**	**204.029**	**106.155**	**263.304**	**25.710**	**3.713**	**806.626**
Custo total	203.715	747.336	353.904	1.005.803	317.638	13.267	**2.641.663**
Depreciação acumulada	-	(543.307)	(247.749)	(742.499)	(291.928)	(9.554)	**(1.835.037)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**203.715**	**204.029**	**106.155**	**263.304**	**25.710**	**3.713**	**806.626**
Aquisição	-	41.684	16.700	-	22.711	5.216	**86.310**
Baixa	-	-	-	17.169	-	-	**17.169**
Depreciação	-	- 38.435	(24.171)	(92.624)	(12.503)	(771)	**(168.506)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**203.715**	**207.278**	**98.684**	**187.849**	**35.918**	**8.158**	**741.599**
Custo total	203.715	789.020	370.605	819.578	340.349	18.483	**2.541.750**
Depreciação acumulada	-	(581.742)	(271.921)	(631.729)	(304.431)	(10.325)	**(1.800.148)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**203.715**	**207.278**	**98.684**	**187.849**	**35.918**	**8.158**	**741.599**

7. Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Modalidade	Taxa média (a.a.)	2022
Banco do Brasil	Folha de pagamento	3,75%	16.970
Bradesco	Folha de pagamento	3,75%	9.363
Sicoob	Folha de pagamento	3,75%	210.000
			236.333
Circulante			70.000
Não circulante			166.333
			236.333

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2022 não possuem cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros (covenants) e tampouco não financeiras.

Os valores utilizados para pagamento da folha de pagamento dos funcionários da Entidade. Os empréstimos foram contratados em 30 parcelas, com início dos pagamentos do principal em 2022.

8. Fornecedores

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Entidade. Em 31 de dezembro os saldos estão demonstrados assim:

	2022	2021
Fornecedores de serviços	31.166	18.166
Fornecedores de materiais	56.550	39.629
	87.716	**57.795**

9. Obrigações sociais e trabalhistas

As obrigações sociais e trabalhistas em 31 de dezembro estão demonstradas assim:

	2022	2021
Salários e ordenados a pagar	101.159	20.372
Provisão de férias e encargos	206.253	198.162
INSS a Recolher	13.634	8.558
FGTS a Recolher	16.510	169.622
PIS a Recolher	2.716	3.867
IRRF a Recolher	16.817	16.411
	357.089	**416.992**

10. Gratuidades e subvenções

A Entidade recebe gratuidades e subvenções relacionadas à isenção tributária, trabalhos voluntários e benefícios financeiros na prestação de serviços e fornecimento de produtos.

A Entidade mantém registrado em contas próprias as suas obrigações com os impostos e as contribuições retidas na fonte dos terceiros e os incidentes para os seus respectivos recolhimentos.

A Entidade protocolou o requerimento de renovação da certificação de Entidade beneficente de assistência social em 22 de maio 2018 (Protocolo nº 71000025491/2018-87).

Em 2021, o processo de renovação foi indeferido e a CPCD entrou com um novo recurso de renovação. Devido a pandemia mundial do Corona Vírus (COVID-19), enfrentada em todo mundo, mudanças de políticas e estratégias do Governo e mudanças das rotinas das secretarias, a Entidade foi orientada a reunir a documentação completa e necessária para a realização de um novo pedido do CEBAS junto ao ministério responsável pela certificação, o Ministério da Cidadania, desta vez comprovando de forma mais clara e precisa que a Entidade reúne todos os requisitos (gratuidade nas ofertas, continuidade nas ofertas e planejamento nas ofertas) para gozar das isenções tributárias propiciadas pela certificação junto ao Ministério da Cidadania.

Tributos e contribuições (renúncia fiscal)

Em atendimento a ITG 2002 R1 – entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12, a Entidade apresenta a seguir o montante de renúncia fiscal apurada no exercício de 2021 e 2020, caso as obrigações fossem devidas.

Para isso, em nosso julgamento, consideramos os seguintes impostos e contribuições e respectivas alíquotas: ISS (5% sobre o montante das Receitas operacionais) R$ 105.898 em 2022 e R$102.128 em 2021; PIS/COFINS (3,65% incidentes sobre a Receita Bruta e Receita Financeira, diminuídos do PIS sobre folha de pagamento apropriado) R$ 77.305 em 2022 e R$ 141.745 em 2021; IRPJ e CSLL (34% incidentes sobre o resultado do exercício), em 2022 a Entidade apresentou superavit de R$ 79.692,94 e 2021 a Entidade apresentou déficits de R$ 918.411. Ressaltamos que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal, em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

11. Provisão para contingências

A Entidade possui ações judiciais em andamento, oriundos do curso normal de suas atividades, existindo certos processos em andamento e riscos associados. Conforme determina o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e tendo como suporte a opinião dos assessores jurídicos da Entidade, não há necessidade de constituir provisões para perdas ou de outras divulgações, uma vez que não há processos de natureza passiva com expectativa de perdas prováveis em 31 de dezembro de 2022.

Os processos de natureza passiva com expectativa de perda possível são de R$ 139.600 (cento e trinta e nove mil e seiscentos reais), em 31 de dezembro de 2022.

12. Partes relacionadas

A Entidade não possui partes relacionadas e os membros Diretoria Executivo da Entidade não são remunerados, conforme determina a Lei nº 12.101/09.

13. Patrimônio social

O Patrimônio social em 31 de dezembro de 2022 é de R$ 475.145 (R$ 1.393.556) em 31 de dezembro de 2021).

Todos os resultados obtidos pelas operações da Entidade são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de entidade sem fins lucrativos.

14. Repasses financeiros

A Entidade recebeu repasses de convênios firmados com empresas e órgãos públicos, durante o exercício, registrados em contas de receita da seguinte forma:

	2022	2021
PROJETO PREFEITURA CURVELO	75.000	597.108
BARRA LONGA	-	121.124
Projeto Parelheiros Saudável - Territórios Abraçados-IVV 2022	-	345.792
Projeto Programa Missão em Foco -ITAU SOCIAL	-	650.000
PROJETO BRAZIL FOUNDATION	1.218.378	-
Projeto Parelheiros Saudável - Territórios Abraçados-IVV	59.415	-
PORTICUS MA	136	-
Projeto Ser Crriançav- CMDCA ARAÇUAI	2.480	-
PREFEITURA ARAÇUAÍ	39.743	-
PROJETO QUINTAIS - FUNDAÇÃO RENOVA	497.593	-
NATURA 2019	396.756	-
PROJETO JUPTER	611.155	-
SECRETARIA DO ESTADO	110.000	-
BDMG CULTURAL	19.500	-
Outros	283.550	501.051
	3.313.705	2.215.075

15. Despesas com investimentos e manutenção de projetos sociais

As despesas da Entidade com investimentos e manutenção de projetos sociais, podem ser demonstradas assim:

	2022	2021
Casa saudável	-	(817.744)
Arari - Estação conhecimento	-	(632.851)
Fundo Municipal Araçuai	-	-
Casa saudável Itapecuri	-	- 444.764
Raposos	-	(2.735)
Projeto Dedo de gente	(390.472)	(562.480)
Projeto Ser criança	(298.885)	(187.840)
Projeto Sítio Maravilha	(72.408)	(65.791)
Projeto Arasempre	(215.600)	(378.746)
Projeto Casa Saudavel Anajatuba	-	(33.316)
Projeto Quintais Renova	(234.315)	(168.440)
Itaú Fomento	-	(70.637)
Projeto -Presente Futuro saudável - Fund. Renova	(51.039)	(426.829)
Projeto Vale Agua Vale Vida - CODEMA Araçuaí	-	(168.488)
Projeto Brazil Foundation	(1.056.431)	(476.700)
Projeto de Apoio Pedagógico - Mariana - Fundação RENOVA	-	(56.757)
Natura Cosméticos	(438.387)	(96.000)
Projeto Júpiter - Fundação RENOVA	(349.904)	(197.307)
Raposos Sustentável	-	(15.569)
Fec Fanal Sempre	-	(84)
Secretaria de Estado de Cultura	(5.800)	(54.164)
Casa Saudavel Arari	-	(103.146)
BDMG	(12.500)	-
Prefeitura Curvelo	(53.797)	-
Projeto Programa de Coleta e tratamento de esgoto e Educação Ambiental em escolas - instituto Iguá	(73.950)	-
Plataforma Andrelândia- Cidade de Aprendizagem – Instituto Guairá	(17.353)	-
Outros	(850.851)	(392.945)
	(4.121.692)	**(5.353.333)**

Projeto Programa Missão em Foco: O ITAÚ SOCIAL desenvolve o "Programa Missão em Foco" ("Programa") que tem por objetivo disponibilizar recursos flexíveis e adequados às necessidades de cada organização selecionada, além de oportunidades de formação e instrumentos de monitoramento e avaliação. O Programa visa contribuir para sua sustentabilidade, fortalecimento e gestão, visando à qualificação de seu impacto;

Projeto Brazil Foundation: Executar o plano de trabalho proposto que tem por objetivo de dinamizar e alavancar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios de Igarapé, São Joaquim de Bicas e Brumadinho e aumentar a capacidade de geração de renda de suas populações em situação de vulnerabilidade social.

Projeto Programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e Educação Ambiental em escolas nos Municípios de Arari e Itapecuru Mirim no estado do Maranhão – Instituto Iguá:

Objetivos:

1.1. A parceria se desenvolverá por meio da realização de ações como:

a) União de esforços para apoiar, viabilizar e desenvolver ações visando o objetivo de promover o acesso ao saneamento básico, neste caso em específico focado em escolas públicas no meio rural do município acima citados.

b) Implantação de tecnologias UNIFAM;

c) Mobilização para facilitação da implementação das soluções;

d) Condução de processos participativos e processos de conscientização ambiental;

e) Campanhas e ações de divulgação;

f) Mobilização da comunidade escolar para facilitação da implementação da solução;

g) Ações de Educação Ambiental na temática do Saneamento

h) Realizar articulações com parceiros externos que possam contribuir com as demandas dos projetos;

i) Sistematização do projeto para replicação.

Plataforma Andrelândia- Cidade de Aprendizagem – Instituto Guairá -
Percebendo a sintonia fina e o espírito que une os sonhos das pessoas e os desafios das duas instituições, nós do CPCD nos sentimos parceiros dos mesmos ideais e comprometidos com as mesmas causas e desafios da Fundação Guairá: construir juntos um novo tempo, um mundo melhor, mais saudável, mais humano, mais solidário e fraterno, para todos e para sempre, a partir de Andrelândia, MG. Portanto, tornar Andrelândia uma “Cidade de Aprendizagens” é a razão de ser e objetivo central da proposta.

Projeto Vale Água, Vale Vida -Prefeitura Municipal de Araçuaí – CODEMA :

Promover o acesso a primeira água para algumas famílias que não foram beneficiadas com a caixa de captação de água da chuva. Melhorar o manejo de infraestrutura do sistema de distribuição de água da nascente da Malhada e de promover ações de saneamento básico rural.

Projeto de Apoio Pedagógico – Mariana – Fundação Renova: Consultoria ou serviço responsável pela execução do Projeto de Apoio Pedagógico nas escolas da rede Municipal de Mariana.

Prefeitura Municipal Araçuaí: Execução de oficinas mobilizadas que protagonizem ações junto á famílias, crianças, e adolescentes inseridas no Projeto Ser Criança.

Prefeitura Municipal de Curvelo – Custeio de despesas e investimento referentes á capacitação pedagógica para jovens a partir de 16 anos, proporcionando capacitação técnica de serralheria, cartonagem, doces, licores e geléias, artesanato com sementes, casca, folhas e dando condições ao jovem participante de aprender e empreender com o conhecimento adquirido.

Projeto Júpiter- Fundação RENOVA – Os objetivos específicos deste projeto são:

a) Mobilizar e engajar jovens na revitalização do Rio Doce;

b) Elaborar projetos a partir da escuta dos jovens que retratem a necessidade e realidade do território em que vivem, a partir de suas percepções;

c) Proporcionar e aumentar a participação dos jovens nos processos territoriais em curso (conduzidos ou não pela Fundação Renova);

d) Contribuir para o fortalecimento de uma rede de atores e ações que trabalham com o protagonismo juvenil; e

e) Fomentar práticas de educação em rede para a revitalização da bacia do Rio Doce.

Projeto Quintais – Fundação RENOVA: Realizar projetos e ações concretas nos campos da Educação, da Cultura e do Desenvolvimento, visando criar alternativas para a construção de uma sociedade melhor e mais justa e o pleno desenvolvimento humano, em harmonia e coerência com o meio socioambiental e cultural.

Participar, através de projetos, programas e ações concretas, apoiados por outros organismos públicos ou privados nos campos da Educação, cultura, socioambiental e Desenvolvimento Sustentado nos diversos contextos culturais específicos em Minas Gerais e no Brasil.

Promover o engajamento dos proprietários dos 15 quintais atingidos para a elaboração em conjunto dos projetos de revitalização / reforma destes; bem

como, assistência técnica operacional, implantação e/ou adequação dos Quintais Pilotos.

Projeto Parelheiros Saudável – Territórios Abraçados – Instituto Viva Vida:
A Parceria do CPCD e Instituto Viva Vida existe desde 2014. O objetivo deste projeto é tornar Parelheiros o melhor lugar do mundo para nascer e viver. Para isso, todas as ações são realizadas, respeitando a ética e a vida.
Estamos em tempos difíceis e desafiadores no país, que pedem construção de novos desenhos, transformações de demandas em reflexão e ação, pautadas pelo que sonhamos e queremos na pós pandemia.
Há uma competência instaurada para olhar para Parelheiros, investir em mais pontos luminosos, avançar estrategicamente, ampliar o capital social, juntando forças e talentos, para produzir equidade no território.
Os espaços do projeto – Casa das Histórias, Casa do Meio do Caminho, Espaço Dona Xica e a sede do Projeto Parelheiros Saudável têm sido procuradas pelas escolas, creches, centros de crianças e adolescentes, unidades básicas de saúde, centros de atenção psicossocial, hospital e maternidade para parcerias. Cada Agente de Desenvolvimento de Comunidades Saudáveis (ADCS) está atuando em pelo menos 3 diferentes bairros e se dedicando a atividades diversas, incentivando cada vez mais os muitos talentos que aparecem nas comunidades, resultado do "empodimento" e desenvolvimento das potencialidades das crianças, jovens, mulheres, homens e idosos. Várias atividades, das brincadeiras às oficinas, dos jogos do bornal à colônia de férias, da horta comunitária às diversas e inovadoras formas de solidariedade e compaixão, funcionam como pretexto para construir locais mais saudáveis, onde se viva com mais dignidade, pertencimento e realizações.
Simultaneamente encontros de autocuidado e cuidados com gestantes e mães oferecem escalda-pés, limpeza de pele, massagem, rodas de conversa sobre desenvolvimento infantil, shantala e alimentação saudável, formando ondas de cuidados no território. O desafio é como transbordar para dentro da casa de cada uma, deixando-as mais seguras, solidárias e com novos conhecimentos. O grupo de costura em Vargem Grande funciona na sede do projeto, no ateliê de uma das costureiras, nas duas lojas de outra, agrega várias mulheres e gera renda.
A adoção de ruas está sendo retomada, aproximando os times para adotar mais crianças, suas famílias e a vizinhança. Sessões de cinema em quadras e espaços têm reunido mais de 150 pessoas no Nova América e no São Norberto, e a praia literária com 80 famílias e a bienal do livro no Dia da Família, com mais de 250 pessoas aconteceram no Jardim Silveira.
Há convites para participação em conselhos, pedidos para estágios de alunos de pedagogia e psicologia, ofertas de atendimento da comunidade nesses espaços. São muitas as trocas e os relatos de quem vem de fora contam das aprendizagens importantes para a vida, e alguns viram voluntários no território. Assim os espaços adquirem uma nova dimensão estratégica. A sede se transformou no ancoradouro de um ideário e ponto de referência para todos os bairros.

16. Seguros (não auditado)

A Entidade mantém política de monitoramento dos riscos inerentes a suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

17. Trabalho voluntário

Em atendimento a ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros aprovada pela Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade a qual interpreta que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Entidade. O registro dos montantes foi contabilizado nas rubricas de serviços voluntários (receita) e administrativa (despesa) e não altera o resultado do período. A mensuração dos trabalhos voluntários de Governança foi feita nas informações divulgadas por meio de remuneração dos administradores divulgadas pelo mercado de trabalho.

Mensuração do trabalho voluntário

2022

Cargo	Salário Referencia	Salário Hora (220/H mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

2021

Cargo	Salário Referencia	Salário Hora (220/H mês)	Total de Horas do Período	Valor Total
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	40	2.290,13
Integrante da Administração	12.595,70	57,25	12	687,04

18. Eventos subsequentes

a) Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicas, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

SEBASTIAO ROCHA:15640205687

Assinado de forma digital por SEBASTIAO ROCHA:15640205687
Dados: 2023.05.17 14:49:38 -03'00'

Sebastião Rocha
Diretor Presidente

CARLOS JOSE RODRIGUES:88150887687

Assinado de forma digital por CARLOS JOSE RODRIGUES:88150887687
Dados: 2023.05.17 14:42:26 -03'00'

Carlos José Rodrigues Contabilidade - CRC/MG 02318
Carlos José Rodrigues - CRC/MG070047/O-3